

HISTÓRIA E LUTAS NO TERRITÓRIO DO ARARIPE: AGROECOLOGIA E AÇÕES DE RESISTÊNCIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA.

Esmeraldo Leal dos Santos

Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - UFRPE

E-mail: esmeraldoleal@gmail.com

Resumo

O presente artigo relata a experiência do processo síncrono de imersão no território do Araripe, como parte do método da Pedagogia da Alternância proposto pelo Programa de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT), do doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Relata as experiências de vida e de luta de lideranças que atuam no campo e que tem a agroecologia como base de sobrevivência e de resistência, no Território do Araripe.

Palavra-Chave: Agroecologia, Desenvolvimento Territorial, Campesinato.

HISTORY AND FIGHTS IN THE TERRITORY OF ARARIPE:

AGROECOLOGY AND RESISTANCE ACTIONS IN PANDEMIC TIMES

Abstract

This article reports the experience of the synchronous process of immersion in the territory of Araripe, as part of the Method of Pedagogy of Alternation proposed by the Agroecology and Territorial Development Program (PPGADT), of the Doctorate in Agroecology and Territorial Development of the Federal Rural University of Pernambuco (UFRPE). It reports the experiences of life and struggle of leaders who work in the field and that has agroecology as a basis for survival and resistance, in the Territory of Araripe.

Keywords: Agroecology, Territorial Development, Peasantry

Na semana de 22 a 27 de março de 2021, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), iniciou a segunda turma do Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, no Programa de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT). A referida Pós-graduação faz parte de um processo estratégico de integração entre três importantes universidades do Nordeste: a Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, a Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF e a Universidade Estadual de Bahia – UNEB.

Nessa primeira semana, além da abertura oficial e da aula inaugural, o PPGADT iniciou as aulas de três das seis disciplinas do semestre letivo de 2021. São elas: I - Cultura Identidade e Território, II – Agroecossistemas Sustentáveis no Bioma Caatinga e III – Políticas Públicas e Práticas de Saúde.

Seguindo a metodologia da Pedagogia da Alternância e buscando levar a universidade para fora do campus e o campo (sociedade) para dentro da universidade, ao final de cada semana de aula, a qual poderíamos chamar de “tempo escola”, a coordenação sugere atividades, para que cada doutorando interaja com a realidade das suas organizações e dos seus Estados. Promove também, pelo menos uma vez no semestre, de modo interdisciplinar e com a participação dos docentes e discentes das disciplinas, um processo de imersão num dos territórios dos biomas nordestinos.

O Território escolhido, nessa primeira etapa da turma de 2021, foi o do Araripe. Falamos aqui de toda a Chapada do Araripe. Não nos predemos aos limites territoriais do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a exemplo do Sertão do Araripe (PE), Cariri (CE) ou Guaribas (PI). Por isso, esse é um dos territórios mais diversos e ricos do Brasil. Esse grande território abrange três Estados do Nordeste brasileiro: Pernambuco, Ceará e Piauí. E ainda exerce forte influência sobre parte do Estado da Paraíba. Possui uma paisagem exuberante, com um vasto patrimônio geomorfológico; paleontológico e arqueológico; e espeleológico. Caracteriza-se também por sua vegetação bem variada, composta por caatinga, serrado e Mata Atlântica, com destaque para a Floresta Nacional do Araripe, que tem uma flora riquíssima. Seu clima, que vai do quente úmido ao quente árido, e sua hidrografia, favorecem uma diversidade muito grande da fauna.

É nesse vasto cenário natural que reside um povo riquíssimo em história e em cultura. Destaque para o artesanato em argila, couro, madeira etc.; a literatura popular, em especial o

cordel; a religiosidade, expressada através de penitências, romarias; festas tradicionais, como as juninas; por fim, a gastronomia, com as mais variadas comidas típicas.

Apesar dos registros pré-históricos, a ocupação do território é mais recente e cheia de conflitos agrários. Como veremos, apesar da força da agricultura familiar, que ultrapassa os 80% dos imóveis rurais da maioria dos municípios, as grandes áreas de monocultura têm ganhado espaço. Um dos exemplos é o eucalipto, muito presente nos municípios do Polo Gesseiro, cujo principal argumento para sua existência é o de ser uma estratégia de manejo de floresta para diminuir a pressão sobre a caatinga.

É evidente que essas contradições reverberam também na economia que, apesar da força produtiva da agropecuária e da agricultura familiar, depende muito da mineração, principalmente do gesso. Também reverberam na política, impondo um eterno embate entre as organizações populares e os resquícios do coronelismo.

Contudo, esses temas, embora fundamentais, não serão aprofundados aqui. Pois, o objetivo central deste relato é apresentar os discursos dos sujeitos do território no qual fizemos a imersão, e como se articulam em suas práticas para resistir ao projeto de expansão e dominação do capitalismo regional. Para isso, visitamos e conversamos com lideranças, pesquisadores e populares que apresentaram a realidade do território e nos ajudaram a conhecer e interagir com as comunidades, organizações não governamentais (ONGs) e movimentos sociais. Nessas conversas, nossa intenção era identificar se são conscientes das contradições existentes, se se identificam ou buscam manter identificação com o território, e, principalmente, se procuram, coletivamente, questionar o projeto capitalista, buscando alternativas de desenvolvimento.

Ressaltamos ainda que, essa imersão procurou seguir questões orientadoras que estabelecessem conexões interdisciplinares e que seguissem os eixos: sindemia, que combina sinergia e pandemia e onde um conjunto de problemas de saúde interagem e, juntas, contribuem para potencializar uma delas; convivência com o semiárido; projetos de desenvolvimento; identidades; diversidade cultural; biodiversidade e estratégias de resistência campesina. Para isso, além da bibliografia obrigatória e complementar, tivemos acesso a documentários.

Foram três dias de viagem pelo Território do Araripe. No primeiro dia, 25 de março de 2021, começamos como uma mística, embalada pelas músicas do Rei do Baião, Luiz Gonzaga, e

com uma roda de conversa com as mulheres do Araripe. Nesta conversa, foram discutidas as características e problemáticas do Sertão do Araripe bem como o conceito de sindemia.

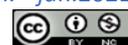
A primeira a se manifestar foi Verônica Amorim, ativista do Fórum de Mulheres do Araripe, do Fórum de Mulheres de Pernambuco e do Centro Nordestino de Medicina Popular; que falou da grande crise que vive o Brasil e dos impactos na vida das pessoas, principalmente para as mulheres do campo. Ressaltou a importância das visitas de apoio psicológico, da solidariedade e comunicação. Em suas palavras: *“As mulheres, tem sua solidariedade que é lindo de ver e de viver”*.

Logo em seguida, Maria Silvanete Lermen, tomou a palavra e se auto apresentou como agricultora agroflorestal, raizeira, benzedeira, *“filha do Sertão de baixo e moradora do sertão de cima, comprometida com a causa da sustentabilidade e da mulher”*. Mencionou a importância das lutas no território, organizadas em redes sociais, tais com a Caatinga, Chapada, Agricultores Experimentadores, Centro Nordestino de Medicina Popular, Aroeira saúde da mulher campo e cidade, Fórum de Mulheres do Araripe e de Pernambuco, do Grupo de Mulheres Jurema etc. Segundo nos contou a senhora Maria Silvanete; das 77 famílias que vivem no território, 72 fazem uso da medicina tradicional, como a massagem, a auto respiração, os chás, “o ouvir”, etc. Ela completa dizendo que as mulheres ocupam certo papel de protagonistas, pois são as que mais sofrem e as que mais cuidam. Disse: *“Nas famílias numerosas, quando um filho adoecer, todos passam pelo mesmo tratamento. Cura um e fortalece os outros”*.

Notamos nesses primeiros discursos que a compreensão de seu espaço social, o território, é atravessado por conflitos os quais demandam delas, a senhora Verônica e Maria Silvanete e demais habitantes, a prática de resistência. Por isso, estruturam suas práticas e sua existência como ativistas políticas. Schneider e Tartaruga definem território, como:

Espaço determinado por relações de poder, definindo, assim, limites ora de fácil delimitação (evidentes), ora não explícitos (não manifestos) e que possui como referencial o lugar; ou seja, o espaço da vivência, da convivência, da co-presença de cada pessoa (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p 106).

Vimos acima a importância do saber tradicional associado à saúde como uma das práticas coletivas de cuidado comunitário, marcadamente feminino. Nada mais atual do que falar desse tema, cuidado comunitário, diante da emergência da pandemia do COVID-19 que tem assolado o mundo, em particular o Brasil. Pois, uma das recomendações mais citadas pelas *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 15, n. 28, jan. - jun.2021. ISSN: 1982 -193X*



organizações mundiais da saúde é a necessidade do cuidar de si como cuidado do outro para prevenir o adoecimento pelo vírus. Usar máscara e fazer o distanciamento social são práticas individuais fundamentais para o controle da pandemia. De acordo com a médica e pesquisadora da Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), Idê Gurgel, existem diferenças na forma como alguns países têm combatido a covid e o Brasil, de modo que essas diferenças caracterizam ou uma pandemia ou sidemia. A pandemia refere-se ao fato de que a maioria ou todos os países do planeta convivem simultaneamente com as mazelas de uma doença, causada ou não por um vírus. Entretanto, param por aí as convergências, pois os países têm estruturas econômicas, políticas e sociais distintas; possibilitando enfrentar o mesmo vírus com mais ou menos eficiência. Quando estamos em um país caracterizado por extremas desigualdades e problemas na condução de suas instituições políticas, tal como é o caso do Brasil, desenvolvemos uma sindemia e não mais apenas uma pandemia. Ou seja, por aqui o covid-19 se associa a outras doenças edêmicas, como o a dengue, a Zica, a chicungunha, à fome, o desemprego, as moradias irregulares e inóspitas, bem como, às políticas governamentais de negar a doença, recomendar tratamento precoce e atrasar o processo de vacinação. Vejamos o que diz Plitt sobre Sindemia:

O termo cunhado pelo antropólogo médico americano Merrill Singer na década de 1990 para explicar uma situação em que “duas ou mais doenças interagem de tal forma que causa danos maiores do que a mera soma dessas duas doenças” (PLITT, 2020, p 02.)

Isso explica por que temos muitos mais casos e mortes no Brasil do que na Nova Zelândia. Disse a pesquisadora: *“Lá a presidente já havia respondido a uma série de questões sociais e estruturais e, orientada pela Organização Mundial de Saúde (OMC), tomou uma série de medidas eficientes de prevenção e de combate à doença e ainda contou com o apoio do povo”*.

No segundo dia, 26 de março, iniciamos com uma mística, trocando objetos das nossas culturas, como a “renda de birro” produzido pelas mulheres do sertão de Poço Redondo (SE), maracás do povo Pancararu (PE), um livro contando a história do religioso Dom Frágoso (CE), mandacarus trazidos das veredas do sertão de Serra Talhada (PE), conchas do mar e vasos de sementes crioulas (RN), poema autoral falando da força das mulheres do sertão (BA), Fumo orgânico de Arapiraca (AL). Regado ainda por café com leite e queijo de Garanhuns (PE).

Ainda pela manhã, fomos recepcionados por lideranças camponesas do Araripe e o centro do debate ficou em torno do tema: “Projetos de desenvolvimento, resistência campesina e

alternativas de produção”. Sob a orientação do Professor Tácio Thiago Lopes Alves, do Instituto Federal do Campus de Oricuri - PE, conhecemos as experiências dos apicultores dos territórios do Sertão do Cariri e do Sertão da Arararipe. Vimos que as abelhas dependem das flores e das matas nativas e, com isso, a apicultura acaba se tornando cultura de resistência, estratégica para o fortalecimento de agroecossistemas ainda mais sustentáveis. Por isso, a criação de abelhas não poder ser considerada apenas uma atividade produtiva, mas se configura uma prática social e econômica que contribui para a organização política das famílias em torno da defesa do meio ambiente. Por fim, chama a atenção para os preços e faz uma advertência: *“Com a pandemia e com o processo de exportação está cada vez mais comum as famílias e comunidades produtoras não consumirem seu próprio mel”*.

Ouvimos o agricultor Vilmar Luiz Lemer, presidente da AGRODOIA, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Exu e organizador da CAATINGA. Ele falou da sua experiência na Agrofloresta, mostrando que é possível viver bem, em harmonia com o ambiente do território. Ele relatou que falta assistência qualificada e comprometida e sobra entraves dos agentes financeiros. Por isso, nunca conseguiu acessar o Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF Agroecologia. Ainda ressaltou a importância da educação do campo e das políticas de acesso à terra, seja através da reforma agrária ou da regularização fundiária. No entanto, questiona os modelos de desenvolvimento e seus pacotes trazidos pelo Estado, como: as eólicas, a transposição, o gesso, o eucalipto. Foi taxativo, destacando que precisamos construir alternativas contra os impactos dos projetos de “desenvolvimento” impostos no território do Araripe.

Essas comunidades, principalmente as do Estado de Pernambuco, têm sofrido bastante com a mineração. O impacto maior vem do Polo Gesseiro, que tem transformado os trabalhadores em “estátuas humanas” e a paisagem da caatinga como “polares”, com nuvens brancas cobrindo o céu e a terra. Além da paisagem, ouvimos muitos relatos que ajudaram a dar um significado ainda maior aos vídeos assistidos: “Sertão dos Inhamuns: Mineração e Destruição” e do “Sertão Branco” que mostram os impactos da mineração no território do Araripe.

O primeiro, mostrou as transformações provocadas no ambiente e na vida das pessoas das comunidades de Besouro e de Bandarro, com a chegada da mineradora de ferro chamada de GLOBEST. As promessas de desenvolvimento e de emprego, aos poucos, se transmutaram em problemas. O modelo de exploração mostrou-se extremamente predatório. Começou

acabando com os mananciais das águas do Rio Puti e das águas subterrâneas, inviabilizando a produção agrícola e o abastecimento para consumo humano. Modificou a vegetação, deixando as pastagens impróprias para o consumo animal. Alterou a paisagem, deixando a terra, a caatinga, as roupas e o céu cobertos de pó. Tudo isso impactou, sobretudo, na saúde das pessoas, que passaram a sofrer de problemas respiratórios graves e de coceiras.

As promessas de vida melhor foram literalmente dinamitadas. O “desenvolvimento” só serviu de pretexto para transformar as riquezas naturais em mera matéria prima e, através da exportação para a china, aumentar os lucros de “meia dúzia” de acionistas. Para a comunidade sobrou o pesadelo do passivo ambiental, da dificuldade de subsistência e de sobrevivência, além do desafio de se organizar, com apoio dos movimentos sócias, pastorais, Movimento dos Atingidos por Mineradoras - MAM, e sindicatos para tentar barrar a máquina que transforma vidas em pó.

Já o segundo vídeo, mostrou, em relatos e imagens, os impactos do Polo Gesseiro, especialmente na cidade de Trindade, no sertão de Pernambuco. Homens, inclusive jovens estudantes entre 14 e 16 anos, cobertos pelo pó branco do gesso, submetidos a jornadas de trabalho exaustivas, na queima, na moagem, na confecção das placas e no carregamento. A situação chega a se aproximar ao trabalho semelhante àquele desenvolvido, principalmente, na Inglaterra da Revolução Industrial. Pois, as empresas, grandes ou pequenas, não fornecem equipamentos de proteção individual (EPI), acomodações adequadas, registro trabalhista, assistência à saúde etc. E dessa maneira condenam jovens e adultos ao analfabetismo, às sequelas físicas e psicológicas e à morte prematura.

Já à tarde, 26 de março, visitamos algumas comunidades quilombolas no Estado do Ceará. Iniciamos com a comunidade Quilombola de Mulatos, na Serra da Boca da Mata, no município de Jardim (CE). Fomos recebidos por Josiana Pereira de Lima, que logo foi alertando que se tratava de uma comunidade com pouco tempo de reconhecimento pela Fundação Palmares, apenas três meses, e que, das 289 famílias da comunidade, apenas 120 se assumiram como remanescentes. Feita a ressalva inicial, ela se encheu de orgulho para falar da origem dos “Mulatos”. Teria sido seu tataravô, o negro fugitivo José dos Santos, que ajudou a construir as primeiras casas de palha da cidade. Esse colono, como destaca a história “oficial” foi apelidado de “Mulato”, na tentativa de negar a cor da sua pele. E por gerações, esse termo sempre foi usado pejorativamente e passou a ser relacionado aos sujos, que não

tomam banho, que não gostavam de água. E por falar em água, ela lembra que na comunidade tem uma nascente que abastece todo o município de Jardim. Porém, eles não têm água na sua residência e ainda dependem do jumento para o abastecimento diário. Destaca também o ponto do Programa de Saúde da Família (PSF) que fica a 20 km da comunidade e, por isso, eles tiveram que construir uma casa para receber a equipe médica, que vem uma vez por semana. Desabafou Josiana: *“Aqui você precisa escolher um dia na semana para adoecer”*.

Outra questão importante apareceu na conversa com Josiana, a saber, a falta de alternativas de trabalho para os jovens, que tendem a ficar entre a emigração para Minas Gerais e Góias ou ficam na comunidade trabalhando nas pequenas roças de feijão, na produção das 08 casas de farinhas e na coleta de pequi, faveira, macaúba etc. Ela desabafa, numa mistura de orgulho e lamento: *“São muitos problemas e necessidades”*, mas *“Estou feliz! Hoje eu tenho certeza que podemos manter viva a história de José dos Santos (Matuto)”*. Disse ainda: *“Nós não estamos precisando de muita coisa. Nós estamos precisando de um olhar mais humano. Não queremos favor, queremos respeito”*.

Ao chegarmos na Comunidade Quilombola de Souza, no município de Porteira (CE), encontramos o presidente da associação, Ricardo Bento da Silva, já reunido com alguns idosos. De imediato fomos apresentados e ele aproveitou para falar da origem da comunidade. Segundo o relato coletivo, surgiu dos descendentes de escravos fugitivos do Sertão do Pajeú, em Pernambuco. Eles se refugiaram na Serra do Araripe e se casaram com outras negras advindas também de Pernambuco. Reconhecendo a importância da tradição oral, ele passou a palavra para um casal de idosos, Francisca Leite de Souza e Carlos Manuel de Souza. Ambos relataram as conexões de uma mesma base familiar e de uma mesma origem de resistência. São traços preponderantes que ajudam a moldar práticas sociais e culturais do território.

Como ressalta Ricardo, traços como o da escravidão estiverem presentes na comunidade até uns trinta anos atrás, inclusive com negros sendo “arrastados por cavalos”. É nesse sentido que falou: *“o trabalho maior não é o reconhecimento dentro das instituições e dentro da lei. O trabalho maior é fazer com que o povo quilombola reconheça seu natural”*. Ricardo finalizou ressaltando a força da cultura nos territórios quilombolas. Desde a dança de coco da famosa Maria de Tiê e das religiões de matrizes africanas, inclusive deixou claro que é zelador de orixás, rezador e pai de santo do terreiro de umbanda.

Quem contribuiu também foi a liderança estadual, coordenador quilombola e presidente da Comissão Estadual dos Quilombolas Rurais do Ceará (CERQUICE) José Renato Ferreira Ricardo Baiano, como é conhecido, reside no Território do Quilombo de Encantados e Bom Jardim, no município de Tamboril (CE). Ele aproveitou para informar que acabara de conquistar 3.422 doses da vacina contra o Covid19, para todos os maiores de 18 anos das 82 comunidades quilombolas do Estado do Ceará, inclusive os da nova comunidade do “Mulato”. Destacou a sua luta para a conquista e para o reconhecimento dessas comunidades. São 82 comunidades reconhecidas, sendo 54 já certificadas e apenas 2 tituladas. Porém, segundo ele, é preciso dá mais visibilidade a essas comunidades. Citou o esforço para fundar uma loja virtual, que aproxime a cultura das comunidades quilombolas da sociedade.

Na manhã do dia 27 de março, no último dia da imersão, seguimos para o município de Ouricuri, em Pernambuco. Ao chegarmos, fomos recepcionados por uma mística, organizada pela juventude, que nos apresentou a poesia do educador, cantador popular e trovador Neudo Oliveira, versando em sintonia com seu violão. Disse: *“O sertão respira cultura e respira luta”* e aproveitou para fazer uma homenagem a sua mãe e aos saberes populares do território.

Em seguida, duas jovens estudantes do Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular (BACEP) da UFRPE nos recepcionaram. Era, Samara Santana, militante da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP); e Iris Maria da Silva, educadora popular da Caatinga. Começaram apresentando as realidades das suas comunidades, a dinâmica do território, destacando o que chamou de “força” das organizações, a exemplo dos fóruns juventudes e de mulheres do Araripe. Em seguida, Samara nos convidou para adentrarmos na casa e no sistema agroflorestal dos seus tios, Cidinho e Galega. Eles apresentaram o seu *“pedacinho do céu”*, com animais de pequeno porte, plantas medicinais, frutas, verduras, legumes, roseiras, sem falar das sombras, dos cheiros, dos cantos e dos sabores. Para ilustrar, citamos algumas variedades desse “oásis”: Umbu cajá, acerola, atimóia, seriguela, boldo do chile, bananeiras de 6 espécies, morango, ipês, laranjeiras, hortelã, pinha, mandacaru, leucina, moringa, quiabo, feijão, temperos variados, pimenta de macaco, abacaxi, cana, goiabeiras, pimentão, mamoeiro etc. A visita terminou com as palavras de Cidinho: *“Aqui não sei como pensar negativo. Mesmo na pandemia, a natureza nos apresenta só coisas positivas”*.

Ainda sob efeito dos aromas e sabores, as meninas mostraram fotos da organização das juventudes, deixando claro a presença da agricultura familiar, em especial das mulheres.

Inclusive nas interações com os agroecossistemas do Território do Araripe. Porém, apesar da importância dessas mulheres, são elas as que têm mais tarefas e menos direitos, principalmente no caso das jovens. Desabafou Samara: *“é muito cansativo ser mulher e ser jovem no campo, principalmente nesse momento de pandemia”*. Acrescentou ainda Iris: *“como isso impacta o nosso dia a dia e como responder a tudo isso, sendo ainda militante das lutas”*.

Contudo, ao passo que enaltecem a importância da agroecologia, mostrando como ela interfere no modo e forma de produção e nas relações sociofamiliares, a ponto de diminuir o machismo, concluem deixando claro que as mulheres e jovens têm conquistado mais espaços no território, pois como disse Samara: *“Quando a gente olha o território, o território olha para nós”*. Foi com essa frase que encerramos que os três dias de imersão. Ela serviu de mote para o processo de avaliação coletiva da nossa passagem pelo território.

Por isso, para além de um ponto final, esse processo de imersão deixou muitas perguntas. Por exemplo: como estas experiências e vivências podem promover a busca de agroecossistemas mais sustentáveis? Qual o nosso papel nesse processo? E ainda, como avaliamos o momento da imersão e como aprimorá-lo? Como o processo de imersão e o próprio território são construídos coletivamente, a nossa busca por respostas também deve ser. E, por isso, não enceram aqui. No mínimo, devem chegar até o Seminário de Culminância, somados a outros conceitos e experiências importantes, como: Modelos de “desenvolvimento” e qual o papel do Estado; identidade, cultura e resistência nos territórios; e agroecologia e questões sistêmicas.

Contudo, algumas perguntas devem ser respondidas agora: Como, em plena pandemia ou sindemia do Covid19, a Universidade juntou doutorandos e professores numa viagem tão longa, produtiva e em tão pouco tempo? Fomos de ônibus ou de RURAL? Como conseguimos reunir todas essas lideranças em plena pandemia? Fizemos teste de Covid19 antes? Foi possível cumprir o distanciamento social e respeitar as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS)? Etc. A resposta é: todo esse processo foi virtual. Por habilidade e criatividade do PPGADT ouvimos, vimos e interagimos com essas lideranças e suas comunidades através de plataformas virtuais.

Referências Bibliográficas

BASTOS, F H. CARNEIRO, A M N. MACEDO, F E & AZEVEDO, R E S. A Gestão ambiental nas paisagens da bacia do Araripe no Estado do Ceará. **Revista Confins**, V29, 2016. P 2. <https://journals.openedition.org/confins/11509?lang=pt>

CAPRA, F & LUISI, P. L. Das parte para o todo. In: **A visão sistêmica da vida: Uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, sociais e econômicas**. São Paulo: Cultrix, 2014.

DOURADO, J. A. **Camponês caatingueiro**: Reflexões sobre o campesinato no Semi-Árido brasileiro. In: *Revistas Geotextos (Online)*, n.01, v.08, 2012. Disponível em: <http://bit.ly/38BkGZq>.

JALIL, L, CALVALCANTE; M C, VEJA; VEJA, G C; XENOFONTE, G; MARTINS, G. PE: Território Sertão do Araripe. In: *Olhares Agroecológicos: Análise econômico-ecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros*. ANA (Brasil). Org.: Flavia Londres, Paulo Petersen e Gustavo Martins]. – 1. ed. - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017. https://fase.org.br/wp-content/uploads/2017/06/livro_OLHARES-AGROECOLOGICOS_web-4.pdf

PLITT, L. **Covid-19 não é pandemia, mas sindemia**. BBC, 2020. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54493785#>

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. **Território e Abordagem Territorial**: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. In: *Raízes (UFPB)*, Campina Grande, v. 23, n.01 e 02, p. 99-116.

TEIXEIRA, M. N. O sertão semiárido. Uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço. In: **Revista Sociedade e Estado (Online)**, 2016, n03, v.31.

Recebido em 15- 06- 2021

Aprovado em 15- 07 - 2021

Publicado em 21-07- 2021